



PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015

**A C Ó R D ã O**  
**1ª TURMA**  
**GMHCS/mbs/mcg**

**RECURSOS INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INOCORRÊNCIA.** 1. Insubsistente a alegação de que o despacho denegatório teria importado em usurpação de competência, porquanto o primeiro juízo de admissibilidade da revista, seja por seus pressupostos extrínsecos, a que sujeitos todos os recursos, seja por seus pressupostos intrínsecos, está previsto no art. 896, § 1º, da CLT. 2. Dessa forma, cabe ao Tribunal de origem, por sua Presidência, o exame do recurso de revista, inclusive no tocante aos requisitos intrínsecos de admissibilidade. 3. Está legalmente facultado à parte, porventura inconformada, buscar o destrancamento do recurso justamente pelo meio processual de que está a se valer. 4. Entendimento em sentido contrário tornaria letra morta o disposto no art. 896, § 1º, da CLT.

**Agravo de instrumento conhecido e não provido, no tema.**

**DESPACHO DENEGATÓRIO DO RECURSO DE REVISTA PAUTADO NO INCISO III, DO § 1º-A, DO ARTIGO 896 DA CLT. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. DIALETICIDADE. INOBSERVÂNCIA.** 1. Na hipótese, o despacho que denegou seguimento ao recurso de revista está pautado no inciso III, do § 1º-A, do artigo 896 da CLT. 2. No agravo de instrumento, contudo, a parte não ataca o óbice específico apresentado no referido despacho. 3. Aplicação da Súmula 422, I, do TST.

**INOBSERVÂNCIA.** 1. Na hipótese, o despacho que denegou seguimento ao recurso de revista está pautado no inciso III, do § 1º-A, do artigo 896 da CLT. 2. No agravo de instrumento, contudo, a parte não ataca o óbice específico apresentado no referido despacho. 3. Aplicação da Súmula 422, I, do TST.

**Agravo de instrumento não conhecido, no tema.**

**RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO.**



PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015

**OBRIGAÇÃO DE FAZER. MAJORAÇÃO DO VALOR DAS ASTREINTES. DESCABIMENTO. 1.** O Tribunal Regional registrou que "O arbitramento de multa diária ou de outra periodicidade, também conhecida por astreintes (art. 461, §§ 4º e 6º, do CPC), consiste em providência jurisdicional legal, cuja finalidade é desestimular o descumprimento da obrigação, fixado por livre arbítrio do Juiz, conforme a situação envolvida em cada caso. No caso, a ré deverá contratar 53 empregados portadores de necessidades especiais, considerando-se a cota exigida pelo artigo 93, da Lei 8.213/91 e o número de trabalhadores empregados, atualmente, nessa condição, no caso, dois. Supondo-se o descumprimento integral da obrigação, a penalidade fixada atingiria o importe de R\$ 53.000,00, o qual deve ser considerado suficiente ao fim ao qual se destina, tendo em vista, ainda, que a ré continuaria às demais sanções administrativas dos órgãos de fiscalização do trabalho". **2.** O valor fixado pela Corte de origem levou em consideração critérios como a gravidade e extensão do dano, repercussão social do ilícito, função punitivo-pedagógica, entre outros, está de acordo com a seriedade da conduta atribuída à empresa e atende à diretriz do art. 497 do CPC de 2015. **3.** Assim, em atenção a tais critérios, a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada empregado não contratado mostra-se razoável e proporcional, não justificando a majoração por esta Corte. Inviolados os dispositivos suscitados. **4.** Divergência jurisprudencial não restou demonstrada (Súmula 296, I, do TST).

**Recurso de revista não conhecido, no tema.**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MPT. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. ART. 93 DA LEI 8.213/91. DESCUMPRIMENTO. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1.**

Constatado pela Corte de origem que "a ré descumpriu a norma jurídica, falhando na tomada de



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

atitudes concretas com vistas ao seu enquadramento nos ditames da legislação aplicável à contratação de trabalhadores portadores de deficiência, especialmente no que diz respeito ao respectivo enquadramento nas cotas legalmente estabelecidas", restou violado o art. 93 da Lei 8.213/91, que prevê a obrigação das empresas com cem ou mais empregados em preencher parte de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

**2.** A desobediência do empregador em contratar pessoas portadoras de deficiência ofende toda a população, por caracterizar prática discriminatória, vedada pela Constituição Federal, em seu art. 7º, XXXI, que prevê a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. Precedentes.

**3.** Considerando a infração da empresa ao ordenamento jurídico, diferentemente do decidido pelo Tribunal Regional, resta caracterizado o dano moral coletivo. **4.** Quanto ao valor da indenização por danos morais coletivos, considerando as particularidades do caso concreto e os parâmetros fixados na doutrina e na jurisprudência para a sua fixação, em especial o bem jurídico danificado, a extensão da repercussão do agravo no patrimônio jurídico dos trabalhadores e da coletividade, a intensidade do ânimo em ofender determinado pela culpa do ofensor e a condição econômica do responsável pela lesão, razoável fixar a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a serem revertidos ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

**Recurso de revista conhecido e provido, no tema.**



**PROCESSO N° TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista com Agravo n° **TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**, em que é Agravante e Recorrida **NOSSA SERVIÇO TEMPORÁRIO E GESTÃO DE PESSOAS LTDA.** e Agravado e Recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO.**

Inconformados com a decisão proferida pelo Tribunal Regional, Ministério Público e reclamada interpuseram recurso de revista às fls. 401-428 e 483-497, respectivamente.

Contra o despacho das fls. 503-505, pelo qual denegado seguimento ao recurso de revista da reclamada, a parte apresenta agravo de instrumento (fls. 507-529).

Despacho positivo de admissibilidade do recurso de revista do Ministério Público às fls. 500-503.

Com contraminuta e contrarrazões, vêm os autos a este Tribunal para julgamento.

**É o relatório.**

**V O T O**

**A) AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA**

Preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, referentes à tempestividade (fls. 506 e 507), regularidade de representação (fl. 122) e preparo (fls. 285, 337-338, 389), prossigo no exame do agravo de instrumento da parte.

O juízo primeiro de admissibilidade denegou seguimento ao recurso de revista, *in verbis*:

**PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS**

Recurso tempestivo (decisão publicada em 10/02/2015 - fl. 481; recurso apresentado em 18/02/2015 - fl. 482).

Representação processual regular (fl. 121).

Preparo satisfeito (fls. 271/284, 336 e 337).

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

**CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / CONTRATAÇÃO DE REABILITADOS E DEFICIENTES HABILITADOS.**

**Alegação(ões):**



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

- violação da (o) Lei nº 8213/91, artigo 91.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente alega que "o v. acórdão a quo afronta diretamente a lei federal, considerando-se que as empresas intermediadoras de mão de obra temporária encontram dificuldades na imposição de contratação de deficientes físicos em face das empresas tomadoras".

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

No caso, revela-se inviável o processamento do recurso de revista, pois a recorrente não observou a exigência contida no inciso III do dispositivo legal referido.

Quanto à alegação de divergência jurisprudencial, de acordo com o artigo 896, § 8º, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve mencionar "... as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados". Não tendo a recorrente observado o que determina o dispositivo legal mencionado, revela-se inviável o pretendido processamento do recurso de revista.

**CONCLUSÃO**

Denego seguimento.

Na minuta, a reclamada sustenta que "a decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista ultrapassou os limites de competência da Vice Presidência Regional no exercício do Juízo de Admissibilidade". Repisa as alegações veiculadas no recurso de revista, insistindo na presença das hipóteses de admissibilidade previstas no art. 896 da CLT. Indica violação dos arts. 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal; 91 e 93 da Lei 8.213/91; 12 do Decreto 73.841/74; e 2º da Lei 6019/74. Colaciona arestos.

Vejamos.

A negativa de seguimento ao recurso de revista em primeiro juízo de admissibilidade não incorreu em ofensa aos arts. 5º, LV, e 93, IX, da CF, pois explícitos os fundamentos em que embasada a



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

decisão denegatória, relativamente à qual, não é demasiado destacar, não cabe sequer cogitar de negativa de prestação jurisdicional ou de usurpação de competência, no mínimo pelo caráter precário que ostenta, que não vincula nem torna precluso o reexame da matéria pelo juízo *ad quem*.

Por outro lado, a parte não ataca o fundamento do despacho agravado, qual seja o de que a ré não atendeu ao rigor do art. 896, § 1º-A, III, da CLT, tendo se limitado a reiterar as razões sustentadas no recurso de revista. Nesse caso, incide o óbice da Súmula 422, I, do TST.

Assim, **nego provimento** ao agravo de instrumento.

**B) RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**I - CONHECIMENTO**

**1. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS**

Tempestivo o recurso (fls. 390 e 401), regular a representação Processual (súmula 436, TST) e isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

**2. PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

**2.1. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MAJORAÇÃO DO VALOR DAS ASTREINTES.**

Eis os fundamentos da decisão:

**ASTREINTE PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO FUTURO DA SENTENÇA**

O MM. Juízo de primeiro grau fixou a astreinte de R\$ 1.000,00, por empregado faltante para o integral cumprimento da cota e/ou por empregado dispensado sem a observância do disposto no §1º, do art. 93, da Lei nº 8.213/91 e no §1º, do art. 36, do Decreto nº 3.298/99 (fl. 277 - 6º parágrafo), em relação ao que, recorre o autor. Alega que o valor deferido corresponde a apenas 10% do pleiteado (R\$ 10.000,00, por empregado) e que, dessa forma, não surtirá os efeitos desejados. Argumenta que o objetivo das astreintes não é o pagamento da multa, mas de obrigar a parte a cumprir a obrigação.

Requer a reforma, para que a multa em comento seja majorada para R\$ 10.000,00 por empregado que faltar para o cumprimento integral da cota e/ou empregado com necessidades especiais dispensado sem a contratação de seu



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

substituto, nas mesmas condições. Sucessivamente, requer que o valor de R\$ 1.000,00, cominado pela r. sentença, seja diária (fls. 299/303).

Pois bem.

O arbitramento de multa diária ou de outra periodicidade, também conhecida por *astreintes* CPC, art. 461, §§ 4º e 6º, do CPC), consiste em providência jurisdicional legal, cuja finalidade é desestimular o descumprimento da obrigação, fixado por livre arbítrio do Juiz, conforme a situação envolvida em cada caso.

No caso, a ré deverá contratar 53 empregados portadores de necessidades especiais, considerando-se a cota exigida pelo artigo 93, da Lei 8.213/91 e o número de trabalhadores empregados, atualmente, nessa condição, no caso, dois. Supondo-se o descumprimento integral da obrigação, a penalidade fixada atingiria o importe de R\$ 53.000,00, o qual deve ser considerado suficiente ao fim ao qual se destina, tendo em vista, ainda, que a ré continuaria às demais sanções administrativas dos órgãos de fiscalização do trabalho.

**Mantenho a r. sentença, portanto.**

Nas razões do recurso de revista, o MPT sustenta que “mostra-se cogente não só a condenação da ré ao cumprimento das obrigações postuladas, mas também a estipulação de multa cominatória em patamar condizente com a gravidade da ilicitude e da lesão provocada, pois trata-se de meio de coerção indireta para a materialização das obrigações de fazer e não-fazer. A fixação de multa em baixo valor, como feito pelo E. TRT da 9ª Região, equivale a deixar de dar efetividade à tutela jurisdicional, pois, muitas vezes, para o réu é mais vantajoso descumprir o comando judicial, sendo a quantia das *astreintes* absorvida pelos lucros da empresa (também advindos da prática ilícita)”. Pugna pela majoração da multa “para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por empregado ou para que a multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) seja diária”. Indica violação dos arts. 5º, XXXV, da Constituição Federal; 11 da Lei 7.347/85; 461, *caput* e §§ 4º e 5º, do CPC/73. Colige um único aresto.

O recurso de revista não merece conhecimento.

O Tribunal Regional registrou que “o arbitramento de multa diária ou de outra periodicidade, também conhecida por *astreintes* (art. 461, §§ 4º e 6º, do CPC), consiste em providência jurisdicional legal, cuja finalidade é desestimular o descumprimento da obrigação, fixado por livre arbítrio do Juiz, conforme a situação envolvida em cada caso. No caso, a ré deverá contratar 53 empregados portadores de necessidades especiais, considerando-se a cota exigida pelo artigo 93, da Lei 8.213/91 e o número de trabalhadores empregados, atualmente, nessa condição, no caso, dois. Supondo-se o descumprimento integral da obrigação, a penalidade fixada atingiria o importe de R\$ 53.000,00, o qual deve ser considerado suficiente ao fim ao qual se destina, tendo em vista, ainda, que a ré continuaria às demais sanções administrativas dos órgãos de fiscalização do trabalho”.



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

Entendo que o valor fixado pela Corte de origem levou em consideração critérios como a gravidade e extensão do dano, repercussão social do ilícito, função punitivo-pedagógica, entre outros, está de acordo com a seriedade da conduta atribuída à empresa e atende à diretriz do art. 497 do CPC de 2015.

Assim, em atenção a tais critérios, a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada empregado não contratado mostra-se razoável e proporcional, não justificando a majoração por esta Corte.

Inviolados os dispositivos suscitados.

A divergência jurisprudencial não restou demonstrada, pois o julgado trazido às fls. 410-411 trata de hipótese em que foi fixada multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de despedimento de empregado com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, hipótese diversa dos autos. Aplicação da Súmula 296, I, do TST.

**Não conheço, no tema.**

**2.2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MPT. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. ART. 93 DA LEI 8.213/91. DESCUMPRIMENTO. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO.**

Eis os fundamentos da decisão:

**DANOS MORAIS COLETIVOS**

O Ministério Público do Trabalho recorre da r. sentença, que julgou improcedente o pedido de indenização por dano moral coletivo. Alega, em síntese, que os danos morais decorrem, no caso, da prática ilícita implementada pela empresa, em descumprir a obrigação legal quanto à observância da cota de empregos reservados aos portadores de deficiência, atingindo, dessa forma, a coletividade. Argumenta que as dificuldades na contratação de trabalhadores com deficiência, não pode servir de fundamento para o indeferimento do pedido de indenização por danos morais. Requer a reforma, para que a ré seja condenada no pagamento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 500.000,00 (fls. 303/314).

Sem razão.

Certo que o artigo 1º, da Lei n. 7.347/1985, prevê, expressamente, a possibilidade de apuração de danos morais e patrimoniais em sede de ação civil pública, sendo de se mencionar que essa modalidade de dano pode transcender a esfera individual e atingir o âmbito coletivo. Torna-se necessária a existência de mecanismos destinados à sua efetiva reparação, a fim de prevenir que condutas antijurídicas sejam reiteradas, e, em última instância, garantir a proteção moral da coletividade.





**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

No caso em análise, ficou demonstrado que a ré descumpriu a norma jurídica, falhando na tomada de atitudes concretas com vistas ao seu enquadramento nos ditames da legislação aplicável à contratação de trabalhadores portadores de deficiência, especialmente no que diz respeito ao respectivo enquadramento nas cotas legalmente estabelecidas.

Todavia, referida omissão não se mostra suficiente à caracterização do dano moral coletivo, porquanto a repercussão da "lesão" atinge apenas as pessoas que poderiam ser contratadas pela ré e não a coletividade sem si, nos termos em que preconiza o art. 170, da Constituição Federal de 1988.

Com efeito, não se trata de minimizar a gravidade da conduta patronal, mas, sim, de ponderar que tal agir não se mostra suficiente a ensejar indignação da coletividade, sequer afetando o senso comum, não causando, por assim dizer, prejuízo significativo a ponto de suplantar os limites da razoabilidade. O descumprimento da lei, malgrado reprovável, não transcende os limites da tolerabilidade.

Nesse sentido, valiosas as considerações tecidas pelo Exmo. Desembargador Edmilson Antonio de Lima, funcionando como Revisor nos autos nº 03447-2009-071-09-00-5 (ac. nº 50.523/2012, publ. em 06/11/2012), *verbis*:

*"Em questões como a vertente, ainda que seja lugar comum, cabe ao Juiz realçar que a medida afirmativa de imposição de cotas contorna um problema que não nasce apenas na discriminação pelo privado, mas sobretudo na ineficiência do Estado em prover uma infraestrutura que contorne os problemas das pessoas com necessidades especiais e proporcione-lhes uma vida mais fácil.*

*As dificuldades que se tem em atingir a mão de obra de pessoas com deficiência é fato que se torna cada dia mais notório.*

*As dificuldades de instrução e viabilidade de acesso ao emprego de pessoas com deficiência retratam a própria ineficiência do Estado de prover Educação, Saúde (por meio de concessão de aparatos que tornem a vida de pessoas com deficiência mais fácil) e Estrutura (por meio de elementos que viabilizem o deslocamento fácil e seguro de pessoas com deficiência).*

*Afinal, é notório que muitos deixam de comparecer a uma entrevista de emprego por falta de aparatos médicos, instrução para locomoção autônoma ou de estrutura da cidade que lhe permita acessar a vida cotidiana. Assim, julgo difícil resumir a falta de empenho que foi indicada apenas na empresa reclamada como uma conduta discriminatória.*

*Reputo que condenar a empresa reclamada em indenização por danos morais coletivos por presumir na "falta de empenho" uma "conduta discriminatória" é resumir a questão à mera luta do Público x Privado, quando penso que a empresa privada, à toda evidência, é também vítima da falta de estrutura (Educação, Saúde, Infraestrutura) do Estado que lhe determina uma obrigação, mas não age na intermediação dos meios para cumprimento desta.*

Como se pode notar, a ideia do dano moral coletivo alude a um agir reprovável que transcende à comunidade que se tem por afetada (no caso, os deficientes físicos), refletindo naqueles indivíduos que não foram atingidos pela atitude do causador do dano. A ofensa, portanto, perpassa os limites da lei e atinge valores morais (coletivos, inerentes à sociedade como um todo), o que, data vênua, não se afigura presente na hipótese em análise.



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

Portanto, nada obstante os prejuízos causados aos deficientes físicos, decorrentes do descumprimento da reserva de cotas de emprego, tal atitude não se revela bastante para ensejar dano moral coletivo, no aspecto anteriormente ponderado, de sorte que, **mantenho a r. sentença**, ainda que por fundamento diverso.

Nas razões do recurso de revista, o MPT alega que “a inobservância das normas que regem as relações de trabalho e versam sobre contratação de portadores de deficiência, a par de ferir a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (princípios fundadores da Carta Republicana – art. 1º, incisos III e IV), gera repercussões que extrapolam as lindes dos contratos individuais, irradiando efeitos sobre toda a coletividade, que em última análise é quem arca com o custo da conduta desidiosa do empregador”. Defende a ocorrência de dano moral coletivo puro, decorrente da violação de dispositivos legais de proteção ao empregado. Sustenta que “a ré violou o art. 93 da Lei 8.213/90, vez que não preencheu parte de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, restando indubitavelmente configurada lesão aos interesses transindividuais, isto é, aqueles que ultrapassam a esfera de interesses individuais da pessoa lesada”. Indica violação dos arts. 1º, III e IV, 5º, caput, V e X, 7º, XXXI, da Constituição Federal; 1º c/c 3º e 13 da Lei 7.347/85; 186 e 927 do Código Civil; e 6º, VI, da Lei 8.078/90. Traz arestos.

O recurso merece conhecimento.

O e. TRT consignou que, “No caso em análise, ficou demonstrado que a ré descumpriu a norma jurídica, falhando na tomada de atitudes concretas com vistas ao seu enquadramento nos ditames da legislação aplicável à contratação de trabalhadores portadores de deficiência, especialmente no que diz respeito ao respectivo enquadramento nas cotas legalmente estabelecidas”; que, “Todavia, referida omissão não se mostra suficiente à caracterização do dano moral coletivo, porquanto a repercussão da ‘lesão’ atinge apenas as pessoas que poderiam ser contratadas pela ré e não a coletividade sem si, nos termos em que preconiza o art. 170, da Constituição Federal de 1988”; que “não se trata de minimizar a gravidade da conduta patronal, mas, sim, de ponderar que tal agir não se mostra suficiente a ensejar indignação da coletividade, sequer afetando o senso comum, não causando, por assim dizer, prejuízo significativo a ponto de suplantar os limites da razoabilidade. O descumprimento da lei, malgrado reprovável, não transcende os limites da tolerabilidade”; que “a ideia do dano moral coletivo alude a um agir reprovável que transcende à comunidade que se tem por afetada (no caso, os deficientes físicos), refletindo naqueles indivíduos que não foram atingidos pela atitude do causador do dano. A ofensa, portanto, perpassa os limites da lei e



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

atinge valores morais (coletivos, inerentes à sociedade como um todo), o que, data vênua, não se afigura presente na hipótese em análise"; e concluiu que, "nada obstante os prejuízos causados aos deficientes físicos, decorrentes do descumprimento da reserva de cotas de emprego, tal atitude não se revela bastante para ensejar dano moral coletivo".

O aresto oriundo da 10ª Região (fls. 424-426) é hábil a configurar a divergência jurisprudencial, pois contempla tese no sentido de que, "Demonstrada a inadimplência da Ré, no que diz com o dever de contratar e manter em seus postos de trabalho quantitativo correspondente a 4% de portadores de deficiência e/ou reabilitados em relação ao quadro total de empregados, impositiva a condenação ao cumprimento das obrigações de fazer e não fazer pretendidas, bem como ao pagamento de indenização por dano moral coletivo".

Conheço, pois, do recurso, por divergência jurisprudencial.

## **II - MÉRITO**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MPT. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. ART. 93 DA LEI 8.213/91. DESCUMPRIMENTO. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURADO**

No mérito, constatado pela Corte de origem que "a ré descumpriu a norma jurídica, falhando na tomada de atitudes concretas com vistas ao seu enquadramento nos ditames da legislação aplicável à contratação de trabalhadores portadores de deficiência, especialmente no que diz respeito ao respectivo enquadramento nas cotas legalmente estabelecidas", restou violado o art. 93 da Lei 8.213/91, que prevê a obrigação das empresas com cem ou mais empregados em preencher parte de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

Diante desse contexto, verifico que a desobediência do empregador em contratar pessoas portadoras de deficiência ofende toda a população, por caracterizar prática discriminatória, vedada pela Constituição Federal, em seu art. 7º, XXXI, que prevê a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Destaco os seguintes precedentes que concluíram pela caracterização de dano moral coletivo na hipótese de descumprimento da obrigação de contratação de pessoas portadoras de deficiência:



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. DANO MORAL COLETIVO. OMISSÃO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. 1. A Constituição Federal, em seu art. 7º, XXXI, conferiu especial relevância à inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. 2. Ressalte-se que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência conclama os Estados a promoverem o emprego de portadores com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas. 3. A Lei nº 8.213/91, desde a sua redação original, cuidou em estabelecer, no art. 93, a obrigação de empresas, cooperativas, associações e entidades de qualquer natureza ou finalidade de preencher parte de seus cargos com reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, o que foi descumprido pela empresa. 4. Diante desse quadro, tem-se que a desobediência do empregador à imposição de contratação de pessoas portadoras de deficiência ofende toda a população, por caracterizar prática discriminatória, rechaçada pela Constituição Federal. 5. Tratando-se de lesão que viola bem jurídico indiscutivelmente caro a toda a sociedade, surge o dever de indenizar, sendo cabível a reparação por dano moral coletivo (arts. 186 e 927 do CC[B] e 3º e 13 da LACP). 6. Frise-se que, na linha da teoria do "*danum in re ipsa*", não se exige que o dano moral seja demonstrado. Ele decorre, inexoravelmente, da gravidade do fato ofensivo que, no caso, restou materializado pelo descumprimento de norma que visa à inserção das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido (TST-ARR-920-07.2013.5.09.0013, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 21/10/2016).

(...) RECURSO DE REVISTA DO *PARQUET* - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO IMATERIAL COLETIVO - NÃO PREENCHIMENTO DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - OFENSA A DIREITO DIFUSO - DIREITO FUNDAMENTAL À



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

IGUALDADE MATERIAL - EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. A Constituição Federal de 1988 reconhece a necessidade de reparação da coletividade, quando atingidos, por meio de conduta ilícita, valores assentados na Carta de 1988 e que detém titularidade transindividual. É imperativa a afirmação do direito à reparação por dano imaterial coletivo, que, de forma tecnicamente inadequada, vem sendo denominado dano moral coletivo. Os pressupostos para o reconhecimento da responsabilidade em razão dessa espécie de dano são diversos da reparação moral individual. Nesse contexto, incabível perquirir, na conduta da ré no caso concreto, a existência de incômodo moral com gravidade suficiente a atingir não apenas o patrimônio jurídico dos trabalhadores envolvidos, mas o patrimônio de toda a coletividade. A coletividade é tida por ofendida, imaterialmente, a partir da gravidade do fato objetivo da violação da ordem jurídica. Assim, verificado nos autos que a ré resistiu em cumprir a cota de portadores de deficiência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/91, descumprindo, injustificadamente, norma garantidora do princípio da igualdade material e da não discriminação das pessoas portadoras de necessidades especiais e, por conseguinte, furtando-se à concretização de sua função social, é devida a reparação da coletividade pela ofensa aos valores constitucionais fundamentais. Recurso de revista do Ministério Público do Trabalho conhecido e provido (TST-ARR-125-67.2011.5.03.0003, 7ª Turma, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 29/04/2016).

Assim, considerando a infração da empresa ao ordenamento jurídico, diferentemente do decidido pelo Tribunal Regional, resta caracterizado o dano moral coletivo.

Quanto ao valor da indenização por danos morais coletivos, considerando as particularidades do caso concreto e os parâmetros fixados na doutrina e na jurisprudência para a sua fixação, em especial o bem jurídico danificado, a extensão da repercussão do agravo no patrimônio jurídico dos trabalhadores e da coletividade, a intensidade do ânimo em ofender determinado pela culpa do ofensor e a condição econômica do responsável pela lesão, entendo razoável fixar em R\$



**PROCESSO Nº TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

50.000,00 (cinquenta mil reais), revertidos ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A propósito, trago julgado desta Primeira Turma, em que se considerou razoável o mesmo valor que ora se arbitra (R\$ 50.000,00 - cinquenta mil reais), *verbis*:

AGRAVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/14. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INOBSERVÂNCIA DA COTA DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. "QUANTUM" ARBITRADO. O Ministério Público do Trabalho não apresenta argumentos capazes de desconstituir a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, uma vez que o recurso de revista não demonstrou pressuposto intrínseco previsto no art. 896 da CLT. **Na hipótese, o Tribunal Regional manteve o valor da indenização por dano moral coletivo, pelo descumprimento da cota de trabalhadores, com deficiência e reabilitados, prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/91, no "quantum" fixado na sentença, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, levando em consideração "o porte econômico da empresa e o dano causado". A jurisprudência desta Corte Superior, no tocante ao "quantum" indenizatório fixado pelas instâncias ordinárias, consolidou a orientação de que a majoração do valor da indenização somente é viável quando insignificante a importância arbitrada a título de reparação de dano moral, em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se divisa na espécie, consideradas as premissas fáticas do acórdão regional, insuscetíveis de reexame na via recursal de natureza extraordinária (Súmula nº 126 do TST). Agravo a que se nega provimento. (Ag-ED-AIRR - 2235-30.2012.5.03.0027, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 30/05/2018, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/06/2018)

**Recurso de revista provido.**

#### **ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: **I** - conhecer parcialmente e negar provimento ao agravo de instrumento da empresa ré; **II** - conhecer do recurso de revista do Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para acrescer à condenação o pagamento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), revertidos



**PROCESSO N° TST-ARR-596-11.2013.5.09.0015**

ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Acréscimo à condenação arbitrado provisoriamente em 50.000,00 (cinquenta mil reais), com custas majoradas em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Brasília, 22 de maio de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**HUGO CARLOS SCHEUERMANN**

**Ministro Relator**

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1002205D27601D01AD.